



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE OSÓRIO
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

1

Pregão eletrônico nº 32/2024

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

I - RELATÓRIO

Trata-se de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DA COMPRA DE RECARGA DE GLP (GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO), CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR/TERMO DE REFERÊNCIA E EDITAL.**

A empresa **SANTOS SILVA GÁS LTDA**, apresentou impugnação ao edital, requerendo a alteração deste no que diz respeito a inconformidades das exigências de habilitação e quanto ao prazo para apresentação de documentos.

II - DA TEMPESTIVIDADE

Para fins de verificação da tempestividade da presente impugnação, deve ser considerada a data em que restou protocolado o pedido, o qual, no âmbito do presente caso, restou enviado por e-mail, ou seja, no dia 24/07/2024.

Assim, tendo em vista que a abertura da sessão, referente ao PE 32/2024, ocorreria, em princípio, no dia 25/07/2024, e considerando que à impugnante é dada a possibilidade de insurgir-se contra o edital até os 03 (três) dias úteis que antecedem a mencionada abertura, tem-se que a impugnação é intempestiva.

Contudo, considerando que há indícios de vício na origem, o certame foi suspenso para análise do mérito e consequente saneamento de falhas que possam causar prejuízo ao certame.

III. DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE OSÓRIO
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações
2

A impugnante alega que a exigência de Balanço Patrimonial dos últimos exercícios e o laudo de Índices Econômicos não é cabível para empresas enquadradas como ME/EPP, devendo constar tal exceção no edital.

Em relação a exigência de cadastro e licenciamento do produto na ANP (Agência Nacional do Petróleo), a empresa, com experiência no mercado, disse desconhecer este documento e mencionou que talvez se trate de documento expedido pela ANP para as Companhias Distribuidoras de Gás (marcas) e não para os revendedores de gás.

Quanto ao prazo de, no máximo, 2 (duas) horas, prorrogável por igual período para o envio de documentos, alegou que tal condição contraria o disposto nos portais de compras e na IN SEGES/ME nº 73/2022, que menciona que o prazo deverá ser de no mínimo de 2 (duas) horas.

IV. DA ANÁLISE E DECISÃO

Considerando que a presente impugnação diz respeito, em parte, à questões de ordem técnica, solicitou-se parecer da área requisitante, a qual emitiu parecer opinando pelo seu deferimento.

O técnico constatou que o documento solicitado no edital, referente ao cadastro e licenciamento do produto na ANP, pode não ser aplicável aos revendedores de GLP, mas sim às Companhias Distribuidoras de Gás, podendo assim tal cláusula restringir injustamente a participação de empresas revendedoras regularizadas.

Dessa forma, opinou pela exclusão da cláusula 8.2. b do edital.

Em relação aos demais apontamentos, foi consultada a Assessoria Jurídica, que manifestou-se pelo provimento parcial do pedido.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE OSÓRIO
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

3

Inicialmente, em relação a exigência das demonstrações contábeis, referiu que é necessário deixar claro que inexistente previsão legal na Lei Complementar 123/2006, para dispensar a exigência prevista no Art. 69, da Lei 14.133/2021 ou no antigo Art. 31, da Lei 8.666/93, para ME/EPP, quando a mesma constar como critério de habilitação no Edital.

Nesse sentido, disse que o TCU já se manifestou sob o tema reforçando tal entendimento, bem como deixando claro que se houver previsão no Edital exigindo a juntada da documentação contábil para tanto, os participantes devem estar munidos das mesmas:

Para participação em licitação regida pela Lei 8.666/1993, o microempreendedor individual (MEI) deve apresentar, quando exigido para fins de qualificação econômico-financeira, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social (art. 31, inciso I, da Lei 8.666/1993), ainda que dispensado da elaboração do referido balanço pelo Código Civil (art. 1.179, § 2º, da Lei 10.406/2002). Informativo de Licitações e Contratos 429/2022 (grifos nossos)

Assim, até novo posicionamento do TCU sobre o tema ou da modificação da Lei 14.133/2021 ou da Lei Complementar 123/2006, opinou que descabe a procedência da referida alegação da impugnante, diante da inexistência de vedação legal.

Quanto ao último ponto levantado, opinou que assiste razão a impugnante, visto que o prazo máximo de até 2 (duas) horas é contrário ao que dispõe a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, e a Administração adota subsidiariamente e supletivamente esse regramento, diante da previsão contida no Art. 117, IX, do Decreto Municipal nº. 133/2024, se aplicando assim tanto para os casos em que são solicitados os documentos de habilitação quanto para os casos de envio da proposta final adequada ao último lance ofertado.

Ante o exposto, na qualidade de pregoeira da Prefeitura Municipal de Osório, eu, **CAROLINA GRASSI ANFLÔR**, designada pela Portaria n.º 453/2024, no uso de minhas atribuições conferidas pela Lei n.º 14.133/2021, Decretos Municipais 133/2023 e pela legislação aplicável à espécie, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a impugnação da empresa **SANTOS SILVA GÁS LTDA**, nos termos dos pareceres técnico e jurídico.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE OSÓRIO
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

4

Por fim, dá-se, através deste, ciência à Procuradoria-Geral, e posteriormente, à autoridade superior competente, para que profira decisão definitiva.

Osório, 7 de agosto de 2024.

Carolina Grassi Anflôr
Pregoeira

Ciente
Assessoria Jurídica

De acordo com a Pregoeira
Prefeito